

SOCIALISMO DEMOCRÁTICO

Reflexões para um debate sobre a construção de uma nova sociedade no Brasil

Sérgio C. Buarque

I. QUAL SOCIALISMO?

No mundo contemporâneo, o socialismo deve ser compreendido como uma sociedade com **qualidade de vida da população** e, principalmente, com **igualdade de oportunidades** para todos os cidadãos. Para garantir a qualidade de vida para a população com igualdade de oportunidades - objetivo último de uma sociedade socialista - são necessárias duas grandes condições: a **competitividade da economia**, para criação de riqueza, geração de renda e de emprego, condição necessária mas não suficiente; e a **conservação ambiental** para garantir a sustentabilidade do desenvolvimento no longo prazo e a qualidade de vida da população. O socialismo hoje, portanto, coincide com o conceito de **desenvolvimento sustentável** baseado nos três pilares: qualidade de vida e equidade social, competitividade econômica e conservação ambiental.

A equidade social constante do desenvolvimento sustentável deve ser entendida como igualdade de oportunidades dos cidadãos. Ou seja, que todos tenham, desde o nascimento, as mesmas condições de acesso à **educação** e aos **serviços sociais básicos** de saneamento, saúde, habitação e transporte. A igualdade de oportunidades não significa igualdade de renda e sim igualdade de condições sociais que permitam explorar suas **capacidades** para a sua formação como cidadão, o desenvolvimento dos seus talentos e vocações e a construção de uma vida digna e confortável.

A democracia é um fim e um meio para o socialismo democrático. A democracia é parte da **qualidade de vida** na sociedade contemplando liberdade de opinião e manifestação e acesso à informação, assim como a participação dos cidadãos nos processos decisórios. Ao mesmo tempo, as instituições democráticas são o **espaço para a disputa política** (confronto de ideias e interesses) que leve à definição de estratégias e políticas públicas dos socialistas voltadas para a igualdade de oportunidades.

O socialismo democrático não deve se orientar pela falsa dicotomia Estado-mercado (o Estado máximo que ignora, enfrenta e distorce o mercado) que tem levado a experiências fracassadas de hipertrofia do Estado que ignora e busca sufocar o mercado. O resultado tem sido, quase sempre, uma enorme ineficiência econômica, a formação de mercado negro, e a inibição da inovação e de iniciativas empreendedoras.

Nesta concepção, o socialismo deve **conviver e respeitar o mercado** como o espaço de negociação de bens e serviços entre produtores e consumidores, cujo equilíbrio depende da igualdade de oportunidades dos cidadãos; esta sim promovida pelo Estado. O mercado **sinaliza para alocação eficiente de recursos** e, portanto, evitando a ineficiência, o compadrio e a corrupção de empresas estatais. Mas, esta sinalização se concentra nos resultados internos ao setor produtivo e orienta para o curto prazo e não para a **eficiência coletiva** da sociedade, além de reproduzir desigualdades sociais.

O socialismo contemporâneo terá que ser construído pelo Estado mas aceitando e orientando o funcionamento do mercado. O mercado não é justo mas a concorrência entre produtores e vendedores orienta para a alocação mais eficiente de recursos e para a inovação. Ao Estado cabe impedir o uso de poder de monopólio no mercado, criar o ambiente favorável à inovação e ao investimento, e orientar as decisões dos empreendedores na direção do desenvolvimento. Mas a justiça do Estado não se dá sobre o mercado ou obrigando este a ser justo, mas fora do mercado e de forma mais ampla na promoção da igualdade de oportunidades na sociedade.

Ao contrário do estatismo que predominou no socialismo de origem soviética, o **socialismo contemporâneo não deve ser um sistema de produção estatal**. A atividade produtiva deve ser de responsabilidade dos empreendedores privados sob a orientação e regulação estratégica do Estado. O Estado deve se concentrar no seu papel de **provedor de serviços públicos** aos cidadãos de forma igualitária, **promotor das condições de competitividade** (inovação e infraestrutura) e **regulador da economia** de mercado.

Da perspectiva do socialismo, o Estado deve ser justo mas não pode substituir o mercado na atividade produtiva em termos de eficiência e inovação. Por outro lado, o Estado não é justo em essência, na medida em que é a síntese de uma estrutura de poder na sociedade. De modo que a proposta socialista depende de uma disputa política para orientar o Estado na direção das mudanças sociais que promovem igualdade de oportunidades na sociedade. Entretanto, não se trata de uma “tomada de poder” que leva de um Estado injusto para o Estado justo, como a virada de uma insurreição, mas de um processo de reconstrução da hegemonia, que pode ser lento e incremental, embora tenha momentos de ruptura e salto dependendo das condições políticas e sociais. Este é o terreno da disputa política pelo socialismo democrático e que vai enfrentar dois poderosos tipos de obstáculos na reconstrução da hegemonia:

1. a capacidade dos segmentos sociais privilegiados (não apenas os capitalistas) de formação da opinião público e manutenção da hegemonia com grande poder financeiro e domínio das instâncias do Estado. O conservadorismo que

expressa os interesses dos privilegiados impede a mudança da hegemonia na direção de um Estado justo.

2. o populismo que explora as expectativas imediatistas da população vendendo falsas ilusões, passando ao largo das instituições e provocando desorganização na economia que levam instabilidade econômica e política. O imediatismo conspira contra as transformações que preparam o futuro. Mas, um país com tantas emergências e tanta pobreza encontra um terreno fértil para o populismo e o messianismo.

De alguma forma, o modo de produção capitalista, para utilizar um conceito marxista, continua dominante mas declinante na medida em que a **revolução científica e tecnológica** muda radicalmente as relações entre produtores e proprietários (a própria geração e apropriação de mais-valia) e o **Estado** disponibiliza igualmente a todos os cidadãos o **principal ativo da nova economia**, o conhecimento (educação e qualificação). Ao mesmo tempo, em países maduros (e este é o caso do Brasil hoje), a dinâmica demográfica, com baixo crescimento da população em idade, ativa leva ao declínio continuado do que Marx chamou de “exército industrial de reserva” que favorecia a apropriação de mais-valia absoluta. De modo que cresce o poder dos trabalhadores para aumentar sua participação direta no excedente, obrigando as empresas à inovação e ao aumento da produtividade, elevando a renda total da sociedade e o excedente econômico.

Para o socialismo, a **democracia é um valor fundamental** com ampla participação da sociedade nos processos decisórios e com acesso pleno a informação e conhecimento que informam o debate e as escolhas políticas. A participação da sociedade nos debates e decisões é parte da qualidade de vida além de permitir o confronto e negociação de interesses e visões de mundo. E para uma sociedade complexa e com mais de 200 milhões de habitantes, a democracia deve ser representativa. Mas deve se apoiar também na organização da sociedade civil nas suas diversas formas e grupos de interesse para participação política. E os avanços tecnológicos na informação e comunicação permitem combinar formas de participação direta da população pelas redes sociais. O acesso pleno e livre de informação requer **liberdade de imprensa e dos meios de comunicação** que, entretanto, como concessão pública, deve se orientar pelo equilíbrio e equidade das informações, confiabilidade dos dados e informações, pela ética profissional do jornalismo (contraditório, direito de resposta e comprovação das informações) e respeito à vida privada dos cidadãos.

Embora seja preferível não se orientar por modelos, cada país construindo seu próprio caminho para o desenvolvimento sustentável, um referencial adequado a esta visão de socialismo seria muito mais a Noruega (ou mesmo Coreia do Sul) que Cuba ou China, muito mais a social-democracia avançada que os regimes autoritários do “socialismo

de Estado” (se for medido pelo IDH-Índice de Desenvolvimento Humano, a Noruega tem o mais alto índice do mundo, com 0,944 e a Coréia do Sul com 0,898, Cuba chega a 0,769, China alcança 0,727, e o Brasil tem um índice de 0,755). O socialismo democrático contemporâneo deve estar baseado em três grandes princípios complementares e interligados:

1. **Democracia** fundada na representatividade – sociedade civil e política - mas incorporando mecanismos de participação direta através das redes sociais.
2. **Estado** orientado para promoção das mudanças que levam ao desenvolvimento sustentável limitando ao mínimo (e de forma transitória) a presença em atividades produtivas. O Estado deve ser administrado com eficiência e eficácia e deve assegurar o equilíbrio fiscal, fundamental para a estabilidade econômica, no exercício das suas seguintes estratégias:
 - a) **Estado provedor** de serviços sociais básicos de forma ampla e igualitária, especialmente educação em todos os níveis, como promotor da igualdade de oportunidades.
 - b) **Estado regulador** do mercado e das relações sociais e das relações da economia com o meio ambiente com base numa competente e rigorosa gestão ambiental para orientar mudanças nos padrões da relação da economia com o meio ambiente (processos e produtos) e com inovações tecnológicas.
 - c) **Estado promotor** das condições de competitividade e desenvolvimento econômico (inovação e infraestrutura)
3. **Economia de mercado** com direito de propriedade e liberdade de investimento e comércio de bens e serviços e com participação em áreas não exclusivas ao Estado (em várias atividades, o Estado deve ser provedor mas não necessariamente executor e gestor dos serviços compartilhando com instituições ou empresas privadas).

O conceito de socialismo formulado acima é um projeto de várias gerações mas que deve começar agora com **profundas mudanças estruturais** na realidade que preparem a nova sociedade futura e se antecipe aos desafios que devem emergir nesta trajetória. Distribuição de renda com os pobres, como o “Bolsa Família”, mesmo que possa ser aceitável como pequeno e transitório alívio da pobreza, não promove nenhuma transformação efetiva da realidade social e econômica capaz de eliminar esta condição indigna da milhões de brasileiros. O que transforma a realidade é a aplicação prioritária dos recursos públicos em larga escala na **redistribuição de ativos sociais** que promovam a **igualdade de oportunidades: Educação pública** de qualidade

(ativo conhecimento), **Qualificação profissional** (ativo tecnológico) e **Saneamento básico** (ativo sanitário).

Não se trata, portanto, de nenhuma expropriação e estatização de ativos econômicos, com o Estado se apropriando das empresas nos setores produtivos da economia. O que pode ter sido necessário nos primeiros experimentos socialistas, como a Rússia atrasada saindo de uma guerra e suas colônias que deram origem à União Soviética, e mesmo no início da industrialização brasileira, não faz sentido na economia contemporânea e nos novos padrões tecnológicos que contemplam a convivência e complementaridade entre Estado e mercado.

Esta proposta de mudança estrutural exige uma **realocação de recursos escassos** que, no Brasil, têm sido capturados por diferentes tipos de privilégios ou estão comprometidos com graves e injustificados passivos, alguns dos quais vendidos como benefício ou conquistas sociais. A **revolução para o socialismo contemporâneo** reside nesta radical e concentrada atuação do Estado em dois aspectos: redistribuição dos ativos, principalmente **educação** e **qualificação**, e construção da competitividade sistêmica, com destaque para a **inovação**.

De onde vêm os recursos para esta grande transformação principalmente com um Estado falido, como no caso do Brasil?

1. Redefinição profunda do sistema tributário com redistribuição do peso tributário nas faixas de renda e no perfil do consumo e com a criação de taxas sobre o patrimônio especialmente os ativos supérfluos (**Reforma tributária**)
2. Eliminação de privilégios como os supersalários do serviço público e as distorções da Previdência (**Reforma do Estado** e **Reforma da Previdência**)
3. Redução de custos públicos excessivos e desnecessários com gastos da máquina inchada e da ineficiência do Estado altamente concentrado (**Reforma do Pacto Federativo** e **Reforma do Estado**)
4. Restrição dos múltiplos vazamentos do Estado que geram altos custos de transação e elevada corrupção e desvios de recursos públicos (**Reforma do Estado**)
5. Negociação de passivos financeiros para redefinição do valor de face e dos prazos dos títulos da dívida pública, de modo a aliviar os déficits fiscais sem quebrar acordos e compromissos.
6. Regulação do mercado nas atividades com oligopólio natural de modo a estimular o investimento privado e a concessão privada em atividades econômicas e sociais que não sejam exclusivas do Estado (transporte, energia, saneamento, etc.) controladas por Agências Reguladoras independentes e qualificadas.

II. CAPITALISMO BRASILEIRO

O Brasil é um país capitalista deformado que combina um **mercado travado e de baixa competitividade**, decorrente de um emaranhado de intervenções governamentais desconexas, com um **Estado inchado, altamente ineficiente** e, além do mais, **injusto**. O Estado brasileiro se apropria de uma parcela significativa do excedente econômico (mais-valia se quisermos utilizar um conceito de Marx), cerca de 35% do PIB-Produto Interno Bruto, mas não utiliza este enorme recurso para promover a igualdade de oportunidades na sociedade.

O Brasil é conhecido pelas grandes **desigualdades sociais** e, ao longo de décadas e séculos, o capitalismo brasileiro não promoveu a igualdade. Os programas de distribuição de renda no formato do “Bolsa Família” não enfrenta as desigualdades sociais e se limita a doação de migralhas para mitigar o sofrimento dos brasileiros miseráveis. A desigualdade de renda não é causa e sim a consequência de uma **desastrosa disparidade de oportunidades na sociedade**. Que começa na primeira infância com ausência de creches públicas e se estende ao longo da infância, adolescência e juventude com péssimas qualidades das escolas públicas. A fonte primária das desigualdades no Brasil reside no **abismo que separa a qualidade das escolas públicas, frequentadas pela maioria esmagadora da população, das escolas particulares**. Os que não podem frequentar uma escola particular de qualidade estão condenados à vulnerabilidade e deficiência de formação profissional, desenvolvimento dos seus talentos e vocações e da construção de uma vida digna e confortável.

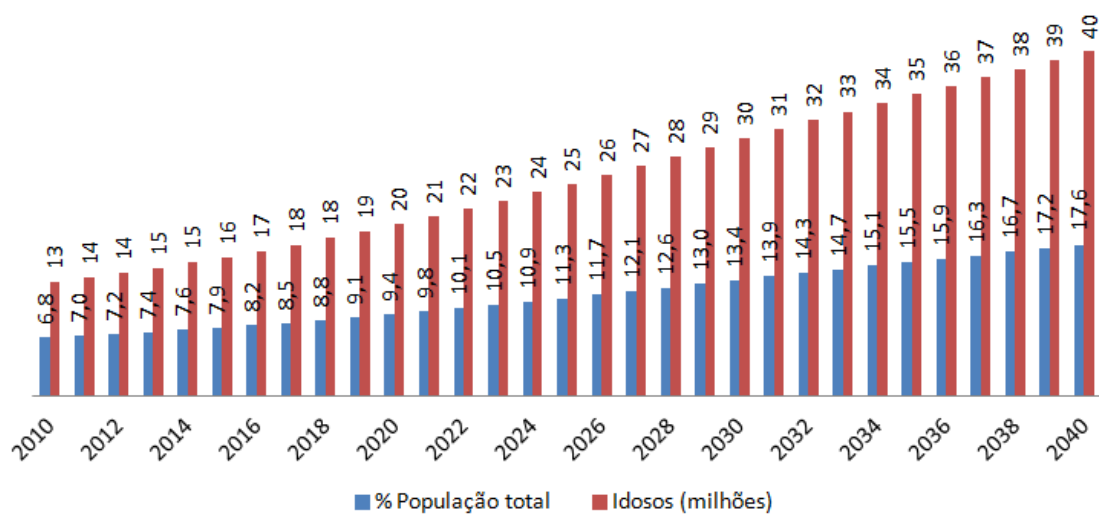
O Brasil é também um **país de privilégios** e o Estado brasileiro, ao contrário do desejado, tem sido o principal promotor das desigualdades sociais e de criação de privilégios na sociedade. Em matéria do Estado de São Paulo, Rachel Gamarski e Carla Araújo dizem que a soma dos salários de servidores públicos que ganham mais do que o limite definido em lei (nada modestos R\$ 33,7 mil mensais) chegaria a quase R\$ 10 bilhões por ano, praticamente o que o governo espera arrecadar com a recriação da CPMF. A principal distorsão ocorre no judiciário e se esconde por trás de uma propalada “verba indenizatória”. De acordo com a matéria, mais de 50% dos procuradores e subprocuradores brasileiros têm rendimento superior ao teto constitucional, e somente no Superior Tribunal de Justiça, ao menos cinco servidores aposentados receberam, entre janeiro e dezembro de 2015, valores líquidos superiores a R\$ 100 mil (três vezes o teto constitucional).

Estudo dos economistas Marcelo Medeiros e Pedro Souza, publicado pelo IPEA, demonstra que o Estado é um dos principais responsáveis pela desigualdade de renda no Brasil. Começa com os salários dos servidores públicos que, na média, são

superiores aos do setor privado para cargos similares; nas empresas estatais, os salários dos cargos executivos são muito superiores aos pagos pelas empresas privadas, incluindo multinacionais (sem falar na corrupção).

O Brasil é um país de costas para o futuro e amarrado pelos passivos do passado: dívida pública, Previdência social e pobreza. Em 2015, a Previdência (INSS e previdência do setor público) representou 26,3% do orçamento público federal, ao mesmo tempo em que a Saúde (orçamento federal) foi contemplada com 5,5% e a Educação com 5,6%. Os investimentos que preparam o futuro são penalizados pelo comprometimento do orçamento com o passado, especialmente a Previdência social que deve crescer na medida em que a população brasileira envelhece. Em 2015 o gasto com a Previdência social alcançou R\$ 571,8 bilhões correspondendo a uma população idosa de 16 milhões de pessoas. Ocorre que, em mais vinte e cinco anos a população de idosos (acima de 65 anos) no Brasil deve saltar de 16 milhões (estimativa do IBGE para 2015) para 40 milhões (projeção do IBGE para 2040). Mantendo a mesma proporção previdência/idosos, em 2040 os gastos chegariam a R\$ 1.759 bilhões de reais (a preços de hoje), crescimento de 4,6% ao ano.

População de idosos (milhões) e participação na população total do Brasil (%) - 2010-2040



Mais alarmante ainda que o crescimento acelerado da população idosa e sua pressão sobre a Previdência social é a enorme desigualdade dos benefícios da previdência dos aposentados do serviço público em relação aos inativos do setor privado. O estudo de Marcelo Medeiros e Pedro Souza mostra que os funcionários públicos aposentados são 4% de todos os beneficiários da previdência mas recebem cerca de 20% de tudo que é pago como aposentadoria (cerca de 935 mil aposentados e pensionistas do setor público federal geram um déficit anual de R\$ 62 bilhões enquanto os 28 milhões do

sistema INSS provocaram um déficit de R\$ 35 bilhões). Sem falar nas distorções conhecidas no interior de cada um dos dois sistemas com acúmulo de aposentadorias e pensões vitalícias, para não falar na corrupção.

Este capitalismo torto do Brasil enfrenta agora uma grave crise econômica decorrente, principalmente, dos desmantelos do populismo estatista que assumiu o poder no Brasil (populismo de Lula e estatismo de Dilma) com suas políticas irresponsáveis de gastos públicos descontrolados. A economia brasileira padece de estagflação, combinando inflação acima de 10% ao ano com forte retração econômica; com as previsões para 2016, a economia brasileira terá uma retração em dois anos seguidos com declínio de 8% do PIB e quase 10% do PIB per capita, considerando aumento em torno de um por cento da população. E, mesmo com elevada carga tributária, o Estado brasileiro teve um déficit de 9% do PIB. Diante disso, a dívida pública se amplia, devendo se aproximar de 80% do PIB neste ano. Em vez de promover reformas estruturais que reduzissem os desequilíbrios fiscais, no passado recente os governos ditos de “esquerda” aprofundaram a crise com discursos e decisões voluntaristas e equivocadas.

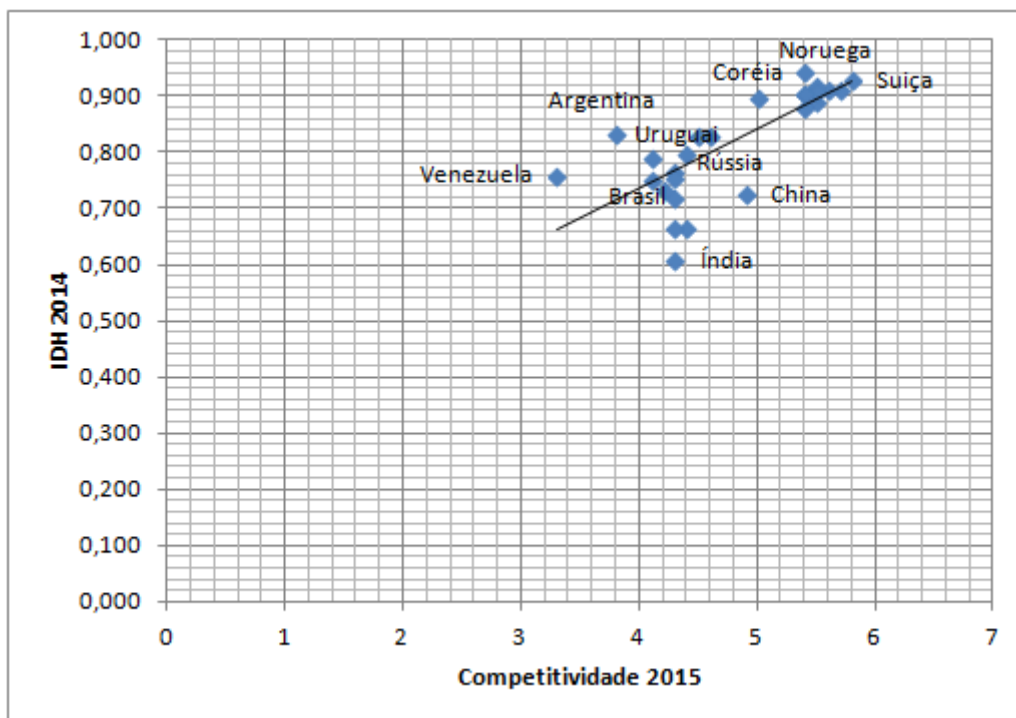
No terreno político, o Brasil tem sido dominado pelo populismo combinando o carisma do ex-presidente Luis Inácio Lula da Silva, com medidas compensatórias e imediatistas (distributivismo), com uma condução macroeconômica irresponsável e descontrolada que levou à estagflação. Com a recessão da economia volta o desemprego e se ampliam as desigualdades de renda sem que tenham sido implementadas reformas estruturadoras que mudassem a base da distribuição dos ativos sociais que preparam igualdade de oportunidades. O governo da presidente Dilma Rousseff acabou e a corrupção está destruindo o mito Lula e afogando o Partido dos Trabalhadores. E o Brasil afunda junto. O mais dramático é que o país padece de uma carência de lideranças que preparem uma saída da crise política.

III. ESTRANGULAMENTOS ESTRUTURAIS

O Brasil é um grande país com elevada desigualdade social e com estrangulamentos estruturais graves que comprometem o desenvolvimento nacional, a começar pela baixa competitividade internacional. Os estrangulamentos estruturais que dificultam a construção do socialismo democrático, especialmente a igualdade de oportunidades, destacam-se os seguintes:

1. **Competitividade econômica** - dados recentes do Fórum Econômico Mundial (Relatório Global de Competitividade 2015-2016) situam o Brasil em 75º lugar entre os 140 países analisados. Na América Latina, o Brasil está atrás do Chile (35º lugar), Costa Rica (52º lugar), México (57º lugar), Peru (69º lugar) e

Uruguai (73º lugar). Vale considerar que existe uma relação forte entre a competitividade econômica e o IDH-Índice de Desenvolvimento Humano que sintetiza a qualidade de vida de uma nação. O gráfico abaixo mostra esta correlação para um conjunto de países selecionados: Noruega, Suíça e Coréia do Sul estão entre os mais competitivos do mundo e com mais alto IDH, tendo Venezuela no outro extremo com muito baixa competitividade e também IDH; o Brasil tem competitividade superior à Venezuela mas IDH inferior a este país sul-americano.



Fonte: Forum Econômico Mundial/PNUD

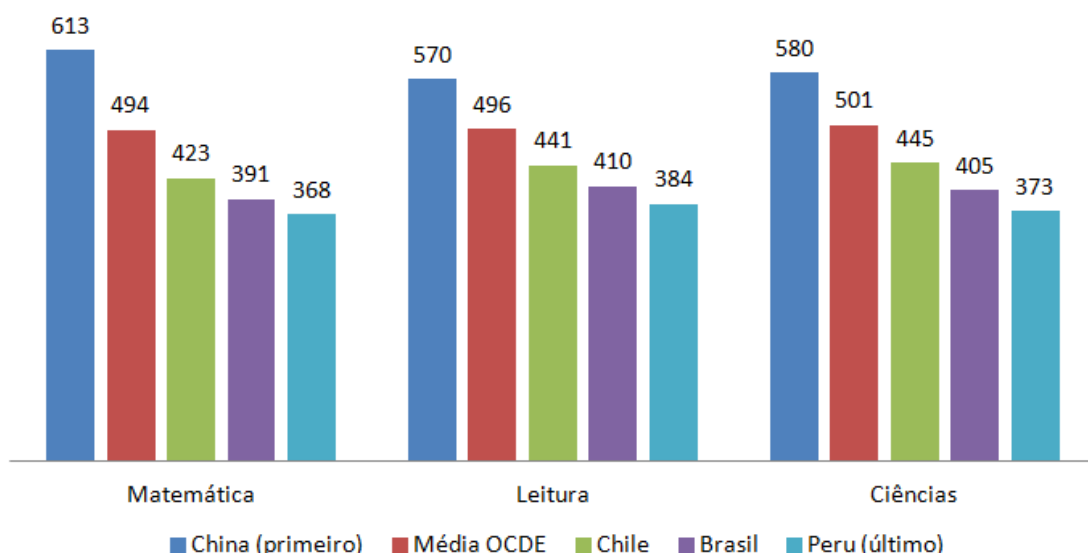
Parte das restrições da competitividade ocorre nas limitações do ambiente de negócios do Brasil decorrente da combinação de elevada carga tributária mas, principalmente, da complexidade efeito em cascata do sistema tributário, de indefinições nos marcos regulatórios, fragilidade das instituições, elevados encargos sociais, rigidez das relações trabalhistas, excessiva concentração federativa, burocracia e corrupção endêmica nas instituições. Classificação do Banco Mundial do Doing Business (2014) mostra o Brasil no 116º lugar no ambiente de negócios, bem abaixo do Chile (37º lugar) e pior que o Uruguai (88º lugar), a China (96º lugar) e a Rússia (92º lugar).

2. **Previdência social** – se o déficit fiscal é um problema conjuntural que vem se agravando nos anos recentes, a Previdência social é um estrangulamento estrutural que não apenas torna agudo o déficit como tem bases na combinação de privilégios e envelhecimento da população, como referido acima. Ausência de uma idade mínima que tem elevado a aposentadorias precoces e benefícios inviáveis no setor público, acompanhados das pensões legais mas injustificadas.

3. **Produtividade** – a produtividade média do trabalho no Brasil representa cerca de 20% da produtividade dos trabalhadores norte-americanos o que significa que estes geram cinco vezes mais riqueza que os brasileiros. Combinação de defasagem tecnológica e baixa qualificação da mão de obra contribuem para esta reduzida produtividade do trabalho. A esta baixíssima produtividade do trabalho se agrega um elevado custo da mão de obra decorrente dos encargos sociais que pressionam os custos produtivos e inibem a geração de emprego. A baixa produtividade do trabalho dificulta a competitividade da economia brasileira e impede a elevação da renda da população brasileira.

4. **Deficiência aguda da qualidade da educação** – o Brasil está entre os países de pior desempenho na educação medida pela nota do PISA-Programme for International Student Assessment (*Pisa*). Dos 34 países estudados em 2012, o Brasil ficou em 27º lugar com notas bem abaixo da média e, principalmente da China, país líder nas três áreas (Matemática, Leitura e Ciências).

Nota do PISA do Brasil e países selecionados - 2012

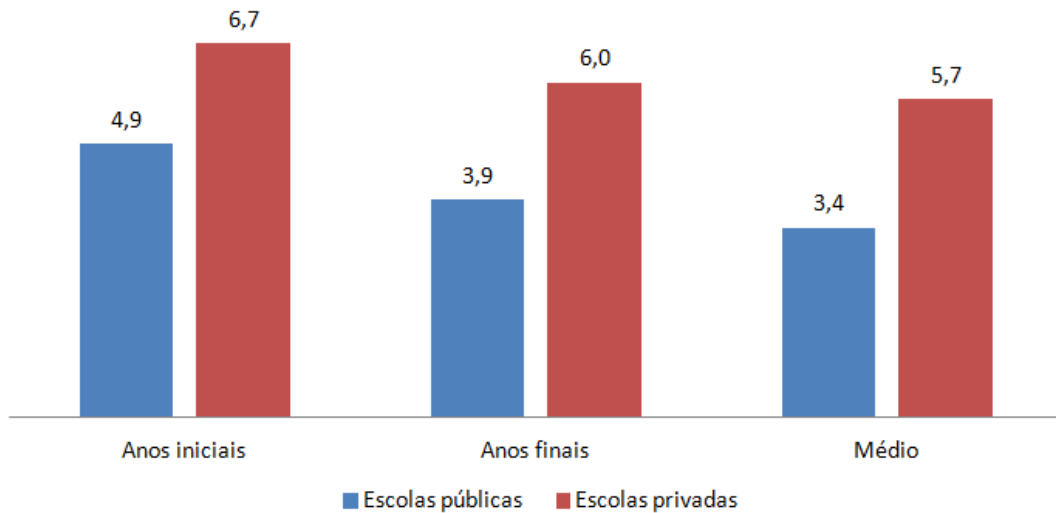


Fonte: OCDE

A defasagem da qualidade do ensino do Brasil no mundo é grave pelo que impacta na competitividade e na produtividade da economia, impedindo uma inserção competitiva no comércio internacional. Mais grave que esta

defasagem externa é a profunda desigualdade interna entre a escola pública e a escola particular, fonte das grandes desigualdades sociais do país (o gráfico abaixo mostra esta diferença nos três níveis de ensino).

Média das notas do IDEB nas escolas públicas e privadas nos três níveis de ensino no Brasil - 2013



Fonte: INEP

5. **Poupança** – apesar da pobreza e da desigualdade social do Brasil, o brasileiro tem uma cultura consumista que contribui para uma baixa taxa de poupança interna. O resultado é a limitada capacidade interna e a dependência elevada de poupança externa para financiamento dos investimentos que ampliam a base econômica. Vale considerar que o endividamento público é uma forma de despoupança na medida em que o Estado se apropria de parte da renda da população para pagar dívida.
7. **Inovação** – estudo da UNESCO mostra que o Brasil tinha (2007) apenas 656,9 pesquisadores por milhão de habitantes, sete vezes menos que o índice registrado pela Coreia do Sul. Esta modesta participação da atividade de pesquisa reflete o baixo investimento realizado pelo Brasil em pesquisa e desenvolvimento tecnológico; em 2011, o Brasil investia cerca de 1,21% do PIB em C&T, três vezes menos que a Coreia do Sul que investia mais de 4% do PIB. Estas diferenças vão se refletir no registro de patentes: em 2012, o Brasil contribuiu com 0,1% destes registros (USPTO), menos da metade da Coreia do Sul e bem inferior à contribuição da Índia.

PAÍSES	PESQUISADOR/ MILHÃO DE HABITANTES
Estados Unidos	4.663,3
Países desenvolvidos	3.655,8
Coreia	4.627,2
Rússia	3.304,7
União Européia	2.936,4
Mundo	1.080,8
China	1.070,9
Argentina	979,5
Brasil	656,9
México	352,9
Índia	136,9

Fonte: UNESCO – 2010

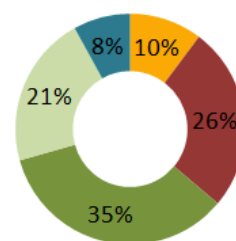
8. **Degradação da infraestrutura** – a competitividade da economia brasileira está sendo fortemente estrangulada pela deficiência na infraestrutura de transporte, principalmente no que se refere à exportação, principalmente o transporte terrestre degradado e os portos saturados. O limitado investimento público na infraestrutura, nas últimas décadas, e a inadequação do sistema de regulação para a parceria público privada e a concessão privada não permitiram a melhoria da infraestrutura que está totalmente despreparada para um retomado do crescimento econômico. No ranking do Fórum Econômico Mundial, em 2013, a posição do Brasil na qualidade portuária era 130^o num total de 144 países analisados, no sistema rodoviário era 118^o, como mostra gráfico abaixo. Dados da CNT para o mesmo ano mostram que **quase 30% das rodovias** brasileiras estavam em ruim ou péssimo estado de conservação e apenas 10,2% poderiam se consideradas com qualidade “Ótima”

Indicadores de Infraestrutura (Posição do Brasil no ranking de 144 países)

Portuário	130
Aeroportuário	122
Rodoviário	118
Ferrovário	91
Oferta de eletricidade	69

Fonte: World Economic Forum (2013)

Classificação das Rodovias do Brasil de acordo com a Qualidade (% do total) - 2013



■ Ótimo ■ Bom ■ Regular ■ Ruim ■ Péssimo

Fonte: CNT - 2013

IV. ESTRATÉGIA PARA O SOCIALISMO DEMOCRÁTICO NO BRASIL

De imediato, o Brasil precisa de um inevitável ajuste fiscal que recupere o equilíbrio da economia desorganizada pelos governos do PT-Partido dos Trabalhadores (com sua incompetência, arrogância e voluntarismo) enquanto amadurecem mudanças estruturais necessárias para retomar o crescimento da economia e preparar o futuro de uma sociedade com igualdade de oportunidades sociais. Considerando a rigidez dos gastos e a lenta maturação dos resultados de algumas medidas estruturais (como a Reforma da Previdência) para dar conta do buraco em que o Brasil foi jogado será necessária a aprovação da DRU e mesmo um aumento transitório de impostos, adotando meta de médio prazo de déficit nominal zero.

A promoção da igualdade de oportunidades, como estratégia de longo prazo, passa por um **esforço concentrado e de grande envergadura na educação pública de qualidade** e na **formação profissional e tecnológica** dos jovens brasileiros. O Brasil deve constituir um grande pacto nacional com União, Estados, Municípios e instituições privadas para reestruturação radical do sistema de ensino e alocação de recursos em larga escala para acelerar a qualidade de ensino (em todos os níveis) nas escolas públicas do Brasil com acesso amplo da população. Ao mesmo tempo e até para gerar os recursos necessários a este empreendimento, serão necessárias as mudanças estruturais:

1. **Novo pacto federativo** – redistribuição da receita pública total do Brasil entre os entes federativos de modo a ampliar a participação de Estados e Municípios frente à elevada concentração atual da União (cerca de 60%) de modo a reduzir a dependência e a fragilidade dos governos locais e a ineficiente negociação permanente de projetos e convênios com seus efeitos na manipulação política e na corrupção. A esta redistribuição da receita entre os entes federativos deve

ser associada uma profunda revisão dos municípios e das suas estruturas governamentais. Parte dos municípios brasileiros é inviável, foram criados por manipulação e interesse político local e vivem quase completamente de transferências federais e estaduais. Dos 5.561 municípios, cerca de 24,9% têm até cinco mil habitantes e 48,4% (quase metade) têm até dez mil habitantes o que evidencia uma enorme dispersão e provavelmente ineficiência e dependência fiscal, para não falar no desperdício de recursos com estruturas administrativas e políticas. Cada um desses pequenos municípios conta com um mínimo de nove vereadores com salários e gastos para um orçamento modesto e para funções muito simples na política municipal.

2. **Reforma política** – uma reforma política tem enfrentar o problema da representação que passa por vários aspectos, entres os quais se destacam: a formação e representatividade dos partidos no Congresso, eliminando a fragmentação de siglas de aluguel; e o processo eleitoral com a redução do poder financeiro na manipulação do eleitorado. No primeiro, não há como escapar de uma clausula de barreira para acabar com os partidos nanicos criados para venda de legenda e mandado sem qualquer proposta e compromisso político. E no que se refere ao processo eleitoral, além do que já se avançou, é preciso um controle rigoroso dos gastos em campanha para impedir o aumento da caixa 2.
3. **Reforma do Estado** (e administrativa) – redução do tamanho da máquina (número de ministérios e órgãos) e definição da carreira de servidor público combinando a eliminação do excessivo número de cargos comissionados. A isso deve ser acrescentada a obrigatoriedade de ocupação de todos os cargos a partir do segundo escalão por funcionários concursados. Além disso, definição do orçamento impositivo e eliminação das chamadas emendas parlamentares e suas cotas que funcionam como fonte de manipulação e corrupção. A reforma do Estado deve prever a adoção do parlamentarismo com separação entre Estado e governo que cria um poder moderado e a responsabilidade do Congresso na condução das políticas públicas.
4. **Reforma da previdência** – revisão das regras de previdência, começando ocom definição da idade mínima móvel (acompanhando a expectativa de vida da população), eliminação da diferença para homens e mulheres, definição de rigor para as pensões, e reformulação da forma de atualização dos valores desvinculando do Salário Mínimo embora evitando perdas da inflação.
5. **Reforma tributária** – além da simplificação do sistema e redução da carga tributária, a reforma tributária deve ampliar o número de contribuintes e

redefinir os itens tributados e a estrutura das alíquotas para reduzir pressão sobre as rendas mais baixas. Com o peso do imposto sobre consumo no total da arrecadação, os pobres pagam mais impostos que os ricos; estudo do Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário mostra que 53,8% da arrecadação brasileira é paga por trabalhadores que recebem até 3 salários mínimos. A reforma tributária deve incorporar imposto sobre o patrimônio e alíquotas elevadas sobre patrimônio de luxo e ostentatório que, além de ampliar a receita sinaliza para redução da desigualdade.

6. **Inovação** – esforço concentrado na promoção da capacidade científica e tecnológica e das pesquisas voltadas para as necessidades econômicas, sociais e ambientais que contribuam para acelerar a produtividade da economia e melhorar a relação com o meio ambiente.
7. **Infraestrutura** – amplo programa de privatização e concessão privada dos investimentos na infraestrutura – transporte, energia, comunicação e saneamento – com base em um marco regulatório que estimule o interesse privado sem comprometer a qualidade do serviço prestado à população.
8. **Abertura externa** – redução lenta e gradual do protecionismo permitindo a maior abertura externa e exposição da economia que impulsionam a elevação da competitividade da economia e da produtividade das atividades produtivas; a relação do comércio brasileiro no PIB (% Exportação mais Importação/PIB) flutua em torno de 21%, muito abaixo da Coreia do Sul com 94,5%, um país conhecido pela competitividade e pelo índice de desenvolvimento humano. O processo de redução de tarifas de importação deve ser programado para dar tempo de maturação da competitividade e de capacidade de adaptação do setor produtivo.